



PPAG 2016-2019 **EXERCÍCIO 2019**

PLE 292/2018

Segurança Pública
Segurança Pública



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

PLE Nº 292/2018

Programa 6 – Valorização e Capacitação do Servidor da Polícia Civil

Proponentes

Júnior José da Silva – instituição não informada / Lívia Maria Gomes Abrão Raso – Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte) / Ricardo Antunes Oliveira – Chefia da Polícia Civil (Belo Horizonte) / Roselane Andrea da Silva – Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac (Belo Horizonte) / Vânia Lúcia de Almeida – Sedpac (Belo Horizonte) / Larissa Mascotte Carvalhaes – instituição não informada / Rosali Belmont – instituição não informada.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/texto.html?a=2018&n=292&t=PLE>. Acesso em: 29 de março de 2019.

Sugestões de intervenção

A PLE nº 292 sugeriu as seguintes alterações no Programa 6 – Valorização e Capacitação do Servidor da Polícia Civil:

- Aumentar as metas física e financeira da Ação 2022 – Formação e Aperfeiçoamento, visando à capacitação de cerca de 7.000 policiais civis em todas as regiões do Estado, em temáticas como gênero, diversidade religiosa, orientação sexual e geracional, entre outras.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2018&n=292&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20180029203585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p>. Acesso em: 29 de março de 2019.

Resultados – Apreciação das sugestões de intervenção

Após análise pela Comissão de Participação Popular, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e pelo Plenário da ALMG, as sugestões foram ACOLHIDAS na forma de:

- **Requerimento:**
 - À Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais, pedindo providências para a inclusão de temáticas como diversidade religiosa, identidade geracional, identidade de gênero, orientação sexual, equidade étnico-racial, entre outras também inerentes à promoção dos direitos fundamentais, nos processos de formação e aperfeiçoamento profissional dos policiais civis e demais servidores da instituição.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2018&n=292&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20180029203585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p>. Acesso em: 29 de março de 2019.

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 31/08?	Síntese da resposta
292	11.722	À Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais, pedindo providências para a inclusão de temáticas como diversidade religiosa, identidade geracional, identidade de gênero, orientação sexual, equidade étnico-racial, entre outras também inerentes à promoção dos	Não	

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 31/08?	Síntese da resposta
		direitos fundamentais, nos processos de formação e aperfeiçoamento profissional dos policiais civis e demais servidores da instituição.		

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

Nota: nos termos da Constituição do Estado, a autoridade estadual que, em resposta a pedido escrito de informações encaminhado pela Assembleia Legislativa, se recusar a responder, não atender no prazo de 30 dias ou prestar falsa informação, pode ser responsabilizada. Cumpre observar que os pedidos de providências possuem natureza distinta dos de informações. Eles podem ser encaminhados a autoridade de outras esferas federativas e, até por isso, não há previsão legal da obrigação de que sejam respondidos.

Acesse o site [Políticas Públicas ao Seu Alcance](#) para saber mais sobre as políticas públicas de [Segurança Pública](#) e monitorar sua execução ao longo do ano.